

Testemunhos de conversão de egressos do sistema prisional: discurso, religião e ideologia

Testimonies of Conversion of Graduates in the Prison System: Speech, Religion and Ideology

José Arthur Teixeira Gonçalves*
Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo"
Presidente Prudente – São Paulo / Brasil

Nilton César Ferreira**
Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo"
Presidente Prudente – São Paulo / Brasil

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o significado do discurso religioso acerca da conversão e da ressocialização de egressos do sistema carcerário. A metodologia adotada foi a Análise de Discurso de origem francesa. O trabalho divide-se em duas partes: na primeira, apresentam-se os postulados da Análise de Discurso e as peculiaridades do discurso religioso; na segunda, analisa-se um *corpus* de depoimentos de sujeitos religiosos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário. Pode-se depreender da análise que a religião constitui-se em veículo de produção e reprodução de ideologias e que o discurso em estudo apresenta a proposta soteriológica de conversão como mais eficaz na ressocialização do condenado do que a assistência proporcionada pelo Estado. Observa-

* joseartur@unitoledo.br

** nc.ferreirah@hotmail.com

se, inclusive, que as falas enunciadas pelos agentes na CPI mimetizam as estruturas do discurso litúrgico, transformando a audiência da CPI em um simulacro de culto evangélico, com suas narrativas (“testemunhos”) e apelos.

Palavras-chave

Conversão religiosa; Sistema carcerário; Controle social; Ideologia, Análise de Discurso.

Abstract

This article aims to analyze what religious discourse has to say about the conversion and rehabilitation of those leaving the prison system. The methodology adopted was French Discourse Analysis. The work is divided into two parts: the first postulates specifics of Discourse Analysis and the peculiarities of religious discourse, and in the second, we analyze a corpus of religious statements presented to the Parliamentary Commission of Inquiry (PCI) of the Prison System. The analysis shows that Religion agents carry the indoctrination of inmates and their discourse suggests that the converted are more effectively reintegrated into society than those who simply received assistance from the State. This type of suggestion has been observed specifically in the speeches made in the PCI, resembling the structures of liturgical discourse, transforming the audience of the PCI into a vigil of evangelical worship, with its narrative (“testimonials”) and appeals.

Keywords

Religious conversion; Prison system; Social control; Ideology; Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

A religião tem sido apresentada como um mecanismo de controle social e ressocialização do presidiário. Tanto é que a assistência religiosa é preconizada pela Lei de Execução Penal (LEP)¹ como direito do preso e assinala-se como um dos pilares do projeto de reinserção do condenado na sociedade.

Neste artigo, intenta-se analisar o discurso de sujeitos religiosos e egressos do sistema carcerário “convertidos” à religião cristã evangélica, buscando-se compreender como o discurso religioso funciona como veículo de ideologias e como estas apoderam-se até mesmo do discurso político e jurídico. Neste diapasão, busca-se verificar de que modo os sujeitos religiosos apresentam a religião como uma prática ressocializadora mais eficaz que o próprio Estado, alcançando pela conversão religiosa aquilo que a prestação estatal não é capaz de realizar.²

Para tanto, escolheu-se um episódio da CPI do Sistema Carcerário – audiência realizada em 15 de maio de 2008 – definindo-se como *corpus* para a análise os depoimentos prestados por um pastor de denominação evangélica atuante na prestação de assistência religiosa no sistema prisional e por um egresso do cárcere, cuja ressocialização se atribui à “conversão” religiosa. A metodologia adotada no enfrentamento do problema foi a Análise de Discurso.

Observa-se que tal *corpus* não é “neutro” e que nenhum documento reproduz fielmente a realidade (GONÇALVES; COIMBRA; AMORIM, 2010, p. 248). Antes, a realidade é construída pelos discursos, e o papel do investigador é o de desvelar as ideologias e intencionalidades por trás dos discursos sobre o real.

Assim, o artigo foi tecido em duas grandes partes: na primeira, examinam-se os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, bem como sua fundamentação metodológica, identificando, em diálogo com o referencial teórico, as características do discurso religioso. Entende-se como tarefa necessária capturar as teias que enredam o discurso religioso, para poder analisar o

corpus delimitado, ou seja, as narrativas de conversão de presos e egressos do sistema carcerário; na segunda parte, procede-se a análise propriamente dita, descortinando significados produzidos pelas falas, revelando ideologias ocultas entre o dito e o não dito.

1 ANÁLISE DE DISCURSO E O DISCURSO RELIGIOSO

Antes de iniciar a exposição do presente trabalho, há o intento de se pensar o discurso religioso, com base na Análise de Discurso francesa. Essa corrente teórica tem suas bases edificadas a partir de três domínios disciplinares, que são ao mesmo tempo ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (MUSSALIM, 2000, p. 101-110). Essa corrente, que trata sobre o discurso, interessa-se pelo curso que a língua percorre entre sujeito, tempo, espaço e posição social.

Para Maingueneau (1998, p. 43), “o discurso não pode ser objeto de uma abordagem puramente linguística”, tendo em vista a sua regularidade, o seu funcionamento. É possível apreender tal regularidade, “se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2000, p. 22). Por sua vez, o discurso remete à articulação de problemas linguísticos e extralinguísticos, tomados não apenas no contexto imediato de interação, mas como resultantes de um contexto histórico, onde se incluem o social, o político e o cultural como fatores decisivos.

O discurso religioso define-se como “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus” (ORLANDI, 2003, p. 242). Assim, o locutor e o ouvinte pertencem a duas ordens de mundos diferentes e afetadas por um valor hierárquico, o que põe uma desigualdade em sua relação: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Na desigualdade, portanto, Deus domina os homens.

A assimetria original decorrerá em outras, pois a desigualdade – *imortalidade e mortalidade* – instala, aos homens, a relação *vida e morte*. Nasce, portanto, a necessidade de salvação para a vida eterna e o móvel para a salvação é a fé.

A assimetria caracteriza a tendência para a não reversibilidade, visto que os homens não podem ocupar o lugar do Locutor [Deus], já que este lugar é

próprio da divindade. Essa relação de interlocução, que constitui o discurso religioso, é dada e fixada, segundo a assimetria (ORLANDI, 2003, p. 244). Em termos de discurso, essa é a forma de mistificação, ou de subsunção, de uma voz pela outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual isso ocorra. Assim, o apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz é que caracteriza a mistificação.

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, de modo que o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma (ORLANDI, 2003, p. 245). Dada representação da voz e assimetria fundamental, que caracteriza a relação falante/ouvinte no discurso religioso, mantém-se a distância entre *o dito de Deus* e *o dizer do homem*. Há, então, uma separação entre os planos, mostrando-se e mantendo-se a obscuridade dessa significação, inacessível e desejada.

A obscuridade, por sua vez, permite a possibilidade das diferentes interpretações (leituras) das palavras (do texto). Entretanto, essas diferenças observam um regulamento categórico: além de certo limite, elas são consideradas transgressões. No cristianismo institucional, “a *interpretação própria* é da Igreja, o *texto próprio* é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o *lugar próprio* para a palavra de Deus é determinado segundo as diferentes cerimônias” (ORLANDI, 2003, p. 246). Assim, no discurso religioso, representar é o mesmo que *estar no lugar de*, em oposição a estar no *lugar próprio* de Deus, senão tornar-se-ia blasfêmia.

Além da interpretação [leitura] das palavras [textos], deve-se atentar igualmente para a assimetria dos planos. As regras são referidas às duas ordens de mundo, o temporal e o espiritual. De acordo com essa assimetria, os agentes da interpretação são de duas espécies: a) na ordem temporal, a relação com o sagrado, por exemplo, no catolicismo, se faz pelos *representantes* da Igreja: o Papa, o Bispo, os Padres; b) na ordem espiritual, a relação se faz pelos *mediadores*: Nossa Senhora, os Santos.

Para Althusser (1998, p. 93), o termo central é a noção de sujeito, as duas teses conjuntas que sustentam sua argumentação na análise desse exemplar são: a) só existe prática através e sob uma ideologia; b) só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. Desse modo, todo procedimento de ordem religiosa cristã produz sujeitos cristãos. Todavia, para que tais sujeitos existam, é preciso estar sob condição da existência de um Outro Sujeito³, que deve ser Único e Absoluto, ou seja, Deus.

O sujeito, por definir-se através da palavra do Outro, nada mais é que um significante do Outro. No entanto, por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o subconsciente, inscreve-se na estrutura, caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sobre as palavras, sobre o discurso (MUSSALIM, 2000, p. 109).

Em suma, essa estrutura aplicada da ideologia cristã assegura (ALTHUSSER, 1998, p. 102,103): a) a interpelação dos “indivíduos” como sujeitos; b) sua submissão ao Sujeito; c) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre sujeitos e, finalmente, o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; d) a garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconheceram o que são e se conduzirem de acordo, tudo irá bem: “assim seja”.

Tais reflexões, em Althusser (1998, p. 103), evidenciam a ambiguidade proveniente da palavra “sujeito” e a verdadeira acepção desse termo que “deveria” ser: a) um indivíduo livre e responsável pelos seus atos; b) um ser submetido a uma autoridade superior e, conseqüentemente, sem liberdade, a não ser a de aceitar sua própria submissão.

Encontra-se, nos discursos cristãos, o uso de antíteses, que é uma forma semântica correspondente à dissimetria. Essa antítese ocorre por meio do mecanismo gramatical da “negação”. São os planos, temporal e atemporal, opostos e afetados de um valor hierárquico. Nessa perspectiva, a negação adquire um efeito invertido (ORLANDI, 2003, p. 257): “assujeitar *para* ser livre, morrer *para* viver, negar a si mesmo *para* reconhecer o Sujeito”.

Do ponto de vista pragmático, no discurso cristão, encontra-se uma retórica “*de denegação*”, que é a negação da negação (ORLANDI, 2003, p. 257). Essa dissimetria permite que o ouvinte acumule valores negativos e, entre eles, o de que o homem nasceu de uma natureza pecaminosa e o pecado é o não ao Outro Sujeito, Deus. Essa retórica *de denegação*, relacionada com o problema da fé, exige dos interlocutores a disposição para mudar em direção à salvação.

As partes do discurso religioso são sempre as mesmas: exortação, enlevo e salvação (ORLANDI, 2003, p. 258). Desse modo, o discurso religioso conduz à salvação, partindo-se da condição humana, que é inclinada ao pecado, ou ao não assujeitamento a Deus. Por sua vez, os discursos produzidos pelas diferentes instituições cristãs assemelham-se, pois intentam conduzir o homem

ao reconhecimento do pecado, representado pela ideia da morte. Dada essa situação aos ouvintes, espera-se que eles submetam [assujeitem livremente] à divindade [que é o Outro Sujeito do discurso] e sejam salvos por Ele [ou reconhecidos pela divindade].

Nessa perspectiva, o discurso religioso distingue os cristãos por meio das práticas: os ouvintes que estão unidos pela fé opõem-se “*àqueles*” que estão dispersos pela ausência dela. O “*nós*” [eu + vocês] distancia-se “*daqueles que*” [não são como nós (eu + vocês)] não compartilham da mesma fé, pois são incapazes de se submeterem ao Outro Sujeito, a quem o discurso cristão aponta.

Desse modo, a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto, é especular: “funciona como um espelho, e duplamente especular” (ALTHUSSER, 1998, p. 102). Submete, então, os sujeitos ao Sujeito [Deus] e proporciona no Sujeito [Deus] garantia de que é efetivamente deles e Dele que se trata. Por sua vez, o Outro [Deus] ocupa uma posição de domínio com relação ao sujeito [homem], “é uma ordem anterior e exterior a ele, em relação a qual o sujeito se define, ganha identidade” (MUSSALIM, 2000, p. 109).

Daí, a ambiguidade do termo *ideologia* permite outro sentido da palavra: coerção, repressão, exploração. Não se trata, porém, de força ou coerção física, pois a ideologia determina o espaço de sua racionalidade pelo discurso: “o funcionamento da ideologia transforma a força em direito e a obediência em dever” (FIORIN, 1990, p. 27).

A religião, por sua vez, constitui-se “um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia dado, entre outras coisas, o lugar atribuído à Palavra” (ORLANDI, 2003, p. 242). Desse modo, entre os objetivos desse trabalho, intenta-se apreender, considerando-se o discurso e a ideologia veiculada, as diversas maneiras que o homem tem de se relacionar com a divindade.

2 ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO NA CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO

A Teoria do Discurso considera, como parte constitutiva do sentido, o contexto sócio-histórico (MUSSALIM, 2000, p. 123). As condições de produção, portanto, não devem ser concebidas como um apêndice que pode

ou não ser considerado. Deve-se ter ciência, ainda, que um código constrói-se a com base em vários substratos, entre os quais, sociais, econômicos, culturais e religiosos. Além disso, cada época compreende determinadas práticas e formas de organização social (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Desse modo, os discursos não podem ser analisados separadamente, pois uma formação discursiva permite-nos entender a respeito do grupo em que se associam aqueles.

Atualmente, a vertente cristã que mais cresce no mundo é a evangélica (CORRÊA, 2007, p. 126), em especial a corrente pentecostal. No Brasil, seus adeptos representam hoje 18% da população; há duas décadas, essa cifra era de 7%. A evidência mais pujante do avanço dos evangélicos são os enormes templos construídos nos últimos anos para sediar seus cultos. Além disso, os evangélicos estão influenciando o Brasil dos esportes à política, das favelas aos bairros nobres, dos presídios à televisão (EDWARD, 2002, p. 90). Além disso, reivindicam um evangélico como presidente da República (BERGAMO, 2013), durante o pós-ditadura.

Por sua vez, o costume dos evangélicos de promover a leitura bíblica, em um país cuja educação se encontra caótica, decorreu em uma revolução educativa (BARROS; CAPRIGLIONE, 1997, p. 88). Os evangélicos devem ser alfabetizados para cumprir seus deveres e educar seus filhos com o intento de que essa norma, com base na moralização do indivíduo, seja perpetuada. Nesse sentido, as denominações evangélicas administram, no Brasil, aproximadamente, 1.000 escolas, com uma clientela estimada em 740.000 alunos (EDWARD, 2002, p. 95).

De acordo com o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o órgão representativo da maior denominação evangélica do país, durante uma entrevista à Revista *Veja* (BARROS; CAPRIGLIONE, 1997, p. 89,90), a sua igreja reúne em média 2,9 milhões de fiéis, conduzidos por 10.000 pastores, em 130.000 casas de orações. Além disso, o presidente da CGADB, na ocasião da entrevista, orgulha-se ao dizer que “três dos quatro últimos presidentes receberam o pastor Wellington em audiência”, entre os quais José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, a entrevista é encerrada, com os dizeres do pastor, repleto de ironia: “Onde tem Coca-Cola, Correios e Bradesco, tem Assembleia de Deus” (idem).

A aprendizagem linguística, portanto, encontra-se estreitamente vinculada à produção de uma identidade ideológica. É essa identidade que difere, por exemplo, o pastor do padre, o católico do evangélico, etc. Daí, os sujeitos cristãos tornam-se suportes de ideologias, “vale dizer, de discursos, que constituem a matéria-prima com que elabora seu discurso” (FIORIN, 1990, p. 42). Desse modo, não existe liberdade em linguagem, pois os sujeitos são coagidos a reproduzir os discursos de seus respectivos grupos.

Nesse momento, procura-se analisar, através da reflexão sobre a linguagem, os recursos utilizados no discurso, cuja produção se dá através de um sujeito, que enuncia na perspectiva cristã. Desse modo, averiguar-se-á, a respeito dos textos cristãos, que não há neutralidade em linguagem, pois chegam carregados de sentidos aos seus leitores (ORLANDI, 2000, p. 17). Por sua vez, deverá, em relação às vozes constantes no discurso religioso, trabalhar na perspectiva de sujeitos interpelados por Outro Sujeito, que fala de um lugar determinado. Esse Sujeito só pode falar, pois, ao assumir posições diferenciadas, desloca-se e descentra-se. Essa possibilidade é denominada como dispersão (FOUCAULT, 2002a, p. 58,59).

Apresenta-se, a seguir, a análise de um depoimento, retirado de um inquérito de apuração, que foi cedido à CPI do Sistema Carcerário⁴, no dia 15 de maio de 2008, cuja produção discursiva se dá por Marcos Pereira da Silva, pastor fundador da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, Henrique Angelino Porto Neves, ex-detento e membro da referida instituição evangélica. Na ocasião, havia o intuito de diagnosticar e investigar o sistema carcerário brasileiro, devido ao requerimento proposto pelo Deputado Relator, Domingos Dutra, com base em denúncias e relatórios da Organização das Nações Unidas, que retratavam os desrespeitos aos direitos humanos no país (BRASIL, 2010, p. 1).

No início da audiência pública, o deputado Neucimar Fraga, presidente da CPI do Sistema Carcerário, intenta persuadir que a “CPI não foi criada para defender os Governos, nem o Governo Federal, nem defender os presos”, senão exigir o funcionamento do sistema carcerário (BRASIL, 2010, p. 1). Nessa perspectiva, defende que o sistema carcerário se trata de uma instituição *falida, caótica, que não cumpre suas funções* (p. 2).

Para Michel Foucault, a prisão moderna é concebida como “uma empresa de modificar indivíduos” (2002b, p. 208). Nesse sentido, a prisão deve conduzir os indivíduos presos, através do isolamento, à reflexão, ao remorso e à submissão total, ao reconhecimento do poder que se impõe sobre eles. Além disso, carece

administrar ao preso um trabalho, cujo objetivo extinguisse a agitação, impor hierarquia, vigiar, constituindo uma relação de poder. Em contrapartida, caso a prisão se limite à simples privação de liberdade, desvirtuar-se-á, pois irá constituir uma população marginal de delinquentes (FOUCAULT, 2002b, p. 31).

Segundo o deputado Neucimar Fraga, a finalidade da prisão de ressocializar o preso, nas situações atuais, é uma tarefa impossível. Entre os anos de 2007 e 2008, das 80 unidades prisionais visitadas, em 18 estados do Brasil, constatou-se uma situação demasiadamente caótica e violenta (BRASIL, 2010, p. 1,2): “tivemos quase duas mil mortes dentro dos presídios brasileiros”.

Nessa perspectiva, o *enunciador* argumenta que “temos no Brasil a morte sem pena, porque a violência é muito grande” (BRASIL, 2010, p. 2). Assim, o discurso evoca, através da memória⁵, uma filiação de dizeres, denunciando um conflito ideológico entre a Constituição Federal (art. 5.º, XLVII) e a realidade encontrada no sistema penitenciário. Desse modo, o sistema carcerário concebe, em sua realidade, as penas que violam a incolumidade física ou moral do preso, em oposição ao princípio da humanidade (MASSON, 2012, p. 44).

De acordo com sujeito deputado (BRASIL, 2010, p. 2), “temos 423 mil presos” e “um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário”. Além disso, contabilizou-se, entre 2007 e 2008, mais de 70 mil fugas, “mostrando a fragilidade do sistema penitenciário”. Por sua vez, o locutor denuncia a corrupção existente entre os servidores, os agentes e os policiais. Esses facilitam a entrada de drogas, celulares e armas dentro dos presídios, exigindo-se, portanto, uma medida urgente.

Dada a condição do sistema carcerário nacional, o pastor Marcos Pereira é convidado a relatar o trabalho realizado por ele dentro dos presídios.⁶ Ele inicia o seu discurso com características que remetem à linguagem adotada pelos pentecostais: “Quero cumprimentar o nosso presidente. Estou aqui maravilhado com esta CPI, com a preocupação desta comitiva (...)” (BRASIL, 2010, p. 14).

Embora o *enunciador* seja identificado como depoente convidado pela CPI do Sistema Carcerário, não é com essa posição social que ele surge no discurso. Esse *sujeito* – que fala de um lugar instituído – assume posições diferenciadas, desloca-se e descentra-se (FOUCAULT, 2002a, p. 58,59).

Desse modo, ao tratar sobre a condição do sistema penitenciário, o enunciador reafirma, através de seus vícios de linguagem, a sua posição de pastor

pentecostal: “eu me sinto honrado por estar aqui”, “louvo a Deus”, “segundo as Escrituras Sagradas”, etc. Esse sujeito, portanto, encontra-se em situação de prestígio, em relação aos demais presentes na audiência, já que a voz de Deus fala através dele (ORLANDI, 2003, p. 242).

A heterogeneidade mostrada, por sua vez, pode ser *marcada* ou *não marcada*. As formas *não marcadas* da *heterogeneidade mostrada* são identificáveis sobre a face de índices textuais diversos ou graças à cultura do coenunciador [por exemplo, discurso indireto livre, alusões, ironia]. Já as formas *marcadas* são assinaladas de maneira unívoca [por exemplo, discurso direto ou indireto, aspas, glosas]. Entre as marcas de heterogeneidade mostrada, mencionadas por Maingueneau (1998, p. 78-79), encontram-se os marcadores de pressuposição⁷.

No texto, ocorre a *heterogeneidade mostrada e marcada*, pois o enunciador intenta que os seus ouvintes percebam as conexões semânticas, presentes em seu discurso, com relação aos cânones cristãos (BRASIL, 2010, p. 14):

(...) segundo a Escritura Sagrada, em Romanos 13: “Toda autoridade é constituída por Deus”, e louvo pelas autoridades aqui competentes se preocupando com os apenados e com os presos desta Nação. E, em Ezequiel 7.23, está escrito assim – a Bíblia foi escrita quase 7 mil anos atrás, não existia nem o Brasil –, está escrito aqui em Ezequiel 7.23: “Faz uma cadeia porque a Terra está cheia de crimes de sangue e a cidade cheia de violência”. Deus determinou às autoridades que fizessem a cadeia. Mas, no livro de Hebreus, capítulo 13, versículo 3, está escrito: “Lembraí dos presos como se tivéssemos presos com eles e dos maltratados como se fôsseis maltratados com ele no corpo”.

Esse enunciador não apresenta nenhuma autonomia, pois o representante da voz de Deus não pode modificá-la (ORLANDI, 2003, p. 245). O pastor sustenta o seu argumento na Bíblia, interpretada na condição da ideologia pentecostal. Legitimado o discurso do pastor, representante da voz divina, apaga-se qualquer possibilidade de resistência.

O pastor reconhece as autoridades, presentes na audiência, como sendo constituídas por Deus. Entretanto, o interdiscurso (POSSENTI, 2009, p. 382) permite relacionar tais dizeres com os de Jesus: “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”⁸. No contexto bíblico, César era retratado como uma autoridade, porém, segundo a ótica judaico-cristã, uma espécie de

mercenário. Se concebermos que César represente as autoridades presentes na CPI, encontraremos uma crítica dirigida a elas, mesmo entre tantas honrarias. Essas autoridades são tratadas, no discurso do pastor, como se não tivessem nenhum conhecimento bíblico, são consideradas leigas: “a Bíblia foi escrita quase 7 mil anos atrás” (BRASIL, 2010, p. 15).

Considerando-se a formação discursiva (MUSSALIM, 2000, p. 119) pentecostal, as ditas *autoridades* são concebidas no discurso como *aqueles que não comungam da mesma fé que a nossa*, em oposição ao *nós que temos conhecimento da vontade divina* (ORLANDI, 2003, p. 258). Revela-se, portanto, que locutor e interlocutores, os membros da CPI do Sistema Carcerário, pertencem a *formações ideológicas* contrárias (MUSSALIM, 2000, p. 124). Nesse sentido, a fé é que distingue os fiéis dos não fiéis (ORLANDI, 2003, p. 250), já que ela é condição para se obter a salvação.

Assim, o religioso opõe-se, embora inconscientemente (FIORIN, 1990, p. 42), aos descrentes [*in* (prefixo de negação) + *crédulo* (crer em Deus, por meio da Bíblia e essa crença é confirmada através das práticas religiosas)]. Nesse sentido, “a fé é que distingue os fiéis dos não fiéis” (ORLANDI, 2003, p. 250), já que a fé é condição para obter a salvação⁹.

De acordo com o discurso do pastor, “Deus determinou às autoridades que fizessem cadeia” (BRASIL, 2010, p. 15), para que o crime fosse estancado. Por sua vez, até aquele momento, tais autoridades apenas construíram as prisões, mas se esqueceram de desenvolver campanhas visando à ressocialização dos presos. Desse modo, o pastor louva a Deus, pois, finalmente, atentaram-se aos problemas vividos pelos detentos brasileiros: “pela primeira vez, desde 1991 até hoje, eu vejo Parlamentares se reunirem, ir até uma unidade penal e se preocupar com apenados” (BRASIL, 2010, p. 15).

Além disso, o pastor refere-se aos presos como *apenados*, cuja sonoridade remete à expressão *almas penadas*, denunciando a condição vivida nos cárceres: “*maltratados no corpo*”. De acordo com essa análise, percebe-se que as palavras simples do nosso cotidiano chegam-nos carregadas de ideologias, não havendo neutralidade em linguagem (FIORIN, 1990, p. 42).

O interdiscurso “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2000, p. 31). O interdiscurso é a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um discurso não discernível de discursos que sustentam a possibilidade

mesma do dizer, sua memória. Assim, a citação do trecho de hebreus, “Lembraí dos presos como se estivéssemos presos com eles” (BRASIL, 2010, p. 15), remete – considerando-se a noção de interdiscurso – aos Evangelhos: “amarás ao teu próximo como a ti mesmo”¹⁰. Por sua vez, a expressão “como se fôssemos maltratados com eles no corpo” evoca, através da memória discursiva, à Constituição Federal (art. 5.º, XLVII), em relação às penas que violam a incolumidade física ou moral do preso.

Portanto, a condição para que as palavras façam sentido, é que elas já o façam antes. Em outras palavras, é necessário que as palavras já estejam inscritas na história, pois cada época tem a sua maneira de nomear e interpretar o mundo (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Assim, o homem aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

Entretanto, o discurso resulta da reprodução inconsciente do dizer de outros (BRANDÃO, 2010, p. 69). Na medida em que esquecemos, portanto, quando os sentidos constituíram-se em nós, eles aparecem-nos como se fossem evidentes. Assim, o pastor torna-se sujeito, pois ele esquece quem falou antes dele tal discurso, e assume a palavra de outros, como se fossem as suas (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Na realidade, o religioso reproduz o discurso dos pentecostais que desenvolvem projetos nas periferias (BARROS; CAPRIGLIONE, 1997).

A ideologia, para a análise de discurso, não tem por fito ocultar a verdade, mas o seu funcionamento faz-nos acreditar que os sentidos sejam evidentes e que sejamos já sujeitos (ORLANDI, 2000, p. 46). O pastor, interpelado pela ideologia protestante, reproduz, inconscientemente, os dizeres de seu grupo social. Para ele é evidente que o Estado não tem capacidade de recuperar os presos, pois não teve condições nem de manter seus internos, como “Fernandinho Beira-Mar, Marcio dos Santos Nepomuceno, Porca, Russa e os demais (...) líderes das facções, que foram colocados em outro Estado” (BRASIL, 2010, p. 16). De acordo com o discurso evangélico, o criminoso tornar-se-á ressocializado, somente se ele estiver sob condição da existência do Outro Sujeito (ALTHUSSER, 1998, p. 93).

A seguir, o pastor convida os deputados a conhecer “algumas pessoas que estão em nosso meio e que outrora não poderiam estar aqui, homens que eram traficantes de mídia, procurados pela Polícia Federal, Estadual e Municipal, polícias internacionais, que foram ressocializados” (BRASIL, 2010, p. 16).

Dado nível de periculosidade dos egressos do sistema carcerário, presentes na audiência, há uma supervalorização da vida pregressa desses sujeitos, de modo que o alto grau de periculosidade justifica tamanho milagre:

(...) homens que, segundo a sociedade, não tinham jeito, homens perigosos, homens que furtavam fuzil R15, faziam parte do Comando Vermelho, Terceiro Comando e ADA, e outras facções que foram surgindo, como PCC, e hoje estão integrados à sociedade e vivem em comum, vivem juntos. (BRASIL, 2010, p. 15).

No fragmento, os crimes listados tornam-se currículos, de modo a justificar a importância das conversões de tais homens. As naturezas dos delitos são, em alguns momentos, tão significativos, que suprimem aos próprios delituosos. A ressocialização desses homens, extremamente perigosos, em suas vidas pregressas, ocorre por meio da fé, um importante instrumento de manifestação do milagre¹¹. Por sua vez, a fé permite a ilusão da *passagem* (ORLANDI, 2003, 251), de um plano ao outro, não só da divindade em relação ao homem, mas ao contrário também.

No discurso cristão, a divindade se alça até o homem, através da Palavra, e religa-o ao seu elo perdido (ORLANDI, 2003, p. 251). É nesse sentido que o pastor defende que “Fernandinho Beira-Mar tem jeito, Marcio dos Santos Nepomuceno tem jeito, Porca Russa tem jeito” (BRASIL, 2010, p. 17). A repetição do termo “tem jeito”, no discurso do pastor, lado aos nomes de alta periculosidade, reafirma a convicção de ressocialização dos presos. Portanto, todo procedimento de ordem religiosa cristã produz sujeitos cristãos (ALTHUSSER, 1998, p. 83).

Para Denise de Roure (1998), o intuito de se ressocializar o preso, nas condições atuais, é impossível. Em razão da dificuldade do Estado, em recuperar os presos, o pastor ganha crédito ao persuadir, durante a audiência, a respeito da recuperação de homens perigosos (BRASIL, 2010, p. 17). Nessa perspectiva, as possíveis resistências ao religioso deverão ser vencidas. A audiência, nesse momento, torna-se um culto, com direito a milagres e testemunhos. Portanto, “a religião constitui um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia” (ORLANDI, 2003, p. 242).

Há uma distinção de sentido entre as palavras *indivíduo* e *sujeito*, pois o primeiro não foi interpelado por determinada ideologia, ao contrário do

segundo (POSSENTI, 2009, p. 386-388). Assim, o indivíduo torna-se sujeito na medida em que ele é obrigado a se posicionar deste ou daquele modo, tendo que escolher as palavras, usando o tom adequado diante de sua posição e ocupando um lugar determinado, o lugar de onde fala (ALTHUSSER, 1998, p. 96). Em determinada religião, por exemplo, os sujeitos seriam aqueles que se converteram e se sujeitaram a ela; eles são reconhecidos como sujeitos, pois foram interpelados pelo discurso religioso específico.

Nesse momento, o Sr. Henrique Angelino Porto Neves, quando interrogado pelo pastor, a respeito da quantidade de tempo em que esteve preso, responde:

Dezoito anos e seis meses, umas pena de 44 anos de cadeia. Passei por 10 penitenciárias do Rio de Janeiro. Convivi e vivi com fundadores da Falange Vermelha, que hoje, atualmente, é o Comando Vermelho (...). Estive na Ilha Grande e foi quando cheguei naquele lugar e tive várias tentativas de fuga. Tentei dinamitar o muro da Frei Caneca, da Milton Dias Moreira, com Alfredo (*ininteligível*), Paulo Roberto (*ininteligível*), como também muitos outros do crime. Fui transferido para Água Santa, cumpri ali, um castigo, voltei. Fazia túnel dentro da Dias Moreira, quando concluíram a construção do Bangu I, e ali juntaram todos os chefes do comando para serem colocados. Ali nós tentamos uma fuga para sair dentro do campo do manicômio para ganhar o Morro do São Carlos, no qual várias pessoas foram baleadas, vários internos foram baleados, lá eles não conseguiram fugir, e ali muitos foram levados. Fui para Ilha Grande, sem perspectiva de vida, uma voadeira para me buscar, fiz várias tentativas de fuga (...) não conhecia que a maior liberdade é da alma e do espírito, porque está dito aqui que nenhuma condenação há para aqueles que estão em Cristo Jesus, que não anda segundo a carne, mas segundo o espírito. (BRASIL, 2010, p. 20).

O enunciador menciona o seu passado no crime, comprovando a sua periculosidade e envolvimento com a facção Comando Vermelho. Dado o nível de periculosidade do locutor (BRASIL, 2010, p. 20), durante a audiência, há uma supervalorização de sua vida pregressa, de modo que o alto grau de periculosidade justifique tamanho milagre. A importância da salvação, nesse caso, mede-se com base no nível de delitos praticados pelo sujeito. A

ressocialização de um homem, extremamente perigoso em sua vida pregressa, manifesta a intensidade do milagre, que surge através da fé (ORLANDI, 2003, 251).

Esse sujeito cristão, na condição de ex-detento, encontra-se submetido ao Sujeito [Deus], que ocupa uma posição de domínio em relação aos sujeitos [homens]. A necessidade de salvação surge, pois, para se adquirir a vida eterna, cujo móvel é a fé (ORLANDI, 2003, p. 242). De acordo com a ideologia cristã, esse sujeito, antes um criminoso, agora é reconhecido por Deus como filho, por si mesmo como um novo homem e, finalmente, aceito entre seus correligionários como irmão. Portanto, a estrutura da ideologia, ao interpelar os indivíduos, é especular, pois funciona como um espelho e duplamente especular (ALTHUSSER, 1998, p. 102).

Ao produzir sentido, o sujeito significa-se também, pois a linguagem é a mediação necessária entre o homem e a sua realidade natural e social. A linguagem permite tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2000, p. 15). Desse modo, sujeito e sentidos não estão separados, pois ambos se constituem ao mesmo tempo.

Assim, o enunciador, antes de ser atravessado pela ideologia dos pentecostais, concebia a liberdade como o direito de ir e vir. Esse discurso, a respeito do locutor, consiste no apontamento exaustivo da condição humana, que é pecaminosa. Entretanto, esse sujeito, ao ser interpelado (ORLANDI, 2000, p. 17) segundo a ideologia evangélica, reconhece a transformação de suas condutas, inclusive na sua concepção de liberdade, que é “da alma e do espírito” (BRASIL, 2010, p. 20). As palavras mudam de sentido (ORLANDI, 2000, p. 16) segundo as posições daqueles que as empregam, a linguagem é opaca. O *nós* [eu + eles (os antigos companheiros)], na ocasião das tentativas de fugas e na condição de criminoso, não é mais o *nós* [eu + vós (os novos companheiros)], que partilham de uma nova prática, com base na ideologia evangélica. Desse modo, o discurso religioso interpela seus interlocutores à salvação (ORLANDI, 2003, p. 258).

Segundo Authier-Revuz, a heterogeneidade se manifesta em dois planos distintos, mas complementares, entre os quais: a) heterogeneidade constitutiva, isto é, aquela “que não é marcada na superfície, mas que a Análise de Discurso pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formulação discursiva”; b) a heterogeneidade mostrada,

que “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” (MAINGUENEAU, 1998, p. 78-79).

No texto, ocorre a heterogeneidade mostrada e marcada, pois o enunciador faz alusão ao texto bíblico: “está dito aqui que nenhuma condenação há para aqueles que estão em Cristo Jesus, que não anda segundo a carne, mas segundo o espírito” (BRASIL, 2010, p. 20). As formas marcadas, portanto, são assinaladas de maneira unívoca (MAINGUENEAU, 1998, p. 78-79) – por exemplo, discurso direto ou indireto, aspas, glosas.

Conheci a maconha, a cocaína, conheci os roubos, os assaltos, os crimes, vim com 5 assaltos do Rio de Janeiro, crime de morte, (*ininteligível*) tem 44 anos de cadeia. Vim com 2 assaltos em São Paulo, porque pegava os carros aqui, furtava os carros aqui, transferia para São Paulo, chegava em São Paulo, vendia, vinha de avião para o Rio de Janeiro, tornava a pegar, tornava a subir. E nessa correria toda, ao chegar àquele lugar, pensando que ia embora numa voadeira, chegou este homem levando uma palavra de vida para mim. Eu dei crédito, porque já tinha acreditado em muitas coisas, mas não tinha visto uma saída. Dei credibilidade às palavras desse homem e verdadeiramente hoje eu sou um homem transformado pelo poder de Deus. (BRASIL, 2010, p. 20,21).

Para o enunciador, o currículo de crimes é um importante índice de persuasão, pois narra os delitos de um modo extensivo. Além disso, esse sujeito tenta convencer da sua graduação no crime, praticamente uma vida de empresário, exceto se não fosse delituoso: “pegava os carros aqui, furtava os carros aqui, (...) chegava em São Paulo, vendia, vinha de avião para o Rio de Janeiro, tornava a pegar, tornava a subir. E nessa correria toda (...)”. Por sua vez, nas igrejas pentecostais, o testemunho permite convencer, a respeito da manifestação divina (ORLANDI, 2003, 251), os interlocutores. A religião necessita de milagres para a sua existência, caso contrário, tende a minguar.

A sociolinguística estuda as relações entre as variações linguísticas e as variações sociológicas (PRETI, 2003, p. 15). A identidade social do *emissor*, que testemunha, corresponde aos dialetos de classes, “onde as diferenças de fala correlacionam com a estratificação social” (PRETI, 2003, p. 16). Desse modo, o interlocutor, em determinados momentos, refere-se ao *helicóptero* como

voadora (BRASIL, 2010, p. 20,21). Esse recurso de linguagem, utilizado pelo *enunciador*, durante o testemunho, tem o intuito de convencer os ouvintes, a respeito de seu envolvimento com a prisão e o crime.

Durante toda correria da vida pregressa, Deus alçou até o enunciador (ORLANDI, 2003, 251), por meio da Palavra: “chegou este homem levando uma palavra de vida para mim” (BRASIL, 2010, p. 20). A desigualdade – *imortalidade e mortalidade* – instala nos homens a relação *vida e morte* (ORLANDI, 2003, p. 243). A Palavra, que administra a vida, ou a salvação, manifesta a vontade do Sujeito, condição para a imortalidade da alma, ao sujeito cristão. A partir do momento em que o enunciador deu credibilidade à Palavra, condição para ganhar as qualidades do espírito (CITELLI, 1990, p. 50), ele tornou-se salvo: “verdadeiramente hoje eu sou um homem transformado pelo poder de Deus” (BRASIL, 2010, p. 20,21).

Portanto, a linguagem permite tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2000, p. 15). É o discurso que possibilitou ao enunciador tornar-se sujeito cristão, deslocando-se de uma realidade para a outra, ou seja, do crime ao Evangelho.

Sou presidiário, porque ainda com o direito de ir e vir, porque me encontro em liberdade condicional, mas a minha pena de 44 anos ela foi reduzida para 37 depois que eu aceitei a Jesus, e comecei a caminhar na presença de Deus. De 37, ela foi reduzida para 30, e quando chegou em 30, eu estava cumprindo 18 anos e 6 meses, fiquei 15 anos e 10 meses trancado, sem botar o pé na rua. Ganhei uma cela aberta com direito de sair para trabalhar e retornar. Saía às 6 da manhã e voltava às 8 da noite, e foram 2 anos e 5 meses saindo e voltando. Quando eu saí, o emprego quem arrumou para mim? Pastor Marcos Pereira da Silva e IVR. Trabalhei 2 anos e 5 meses, cumpri a minha pena, ganhei a minha condicional, estou pagando a minha condicional, me encontro 10 anos em condicional, mas a minha pena termina dia 20 de março de 2010. E assim estou caminhando na presença do Senhor. Hoje, tenho uma família, tenho o meu trabalho, ando de cabeça erguida, e por onde eu passo o nome do Senhor é glorificado. (BRASIL, 2010, p. 21).

No discurso cristão, “há um jogo de morrer e ressuscitar”, sendo a tensão entre os apelos para uma vida que priorizasse o espírito (CITELLI, 1990, p. 51). Desse modo, morrer é a condição para se alcançar a vida eterna. Por sua vez, a fé e a crença transformam a morte em vida.

Junto à liberdade do espírito, veio também a liberdade condicional, devido aos crimes cometidos no plano terreno. O verbo *aceitei*, no pretérito do indicativo em primeira pessoa, é uma das condições para se adquirir a qualidade do Sujeito, a imortalidade. Deve-se ter em mente que, para adquirir a salvação, conforme a ideologia evangélica, o homem precisa reconhecer como Sujeito a divindade e, conseqüentemente, assujeitar-se a Ele (ALTHUSSER, 1998, p. 103). Além disso, o sujeito reconhece o pastor como representante de Deus (ORLANDI, 2003, p. 245), pois ele administrou o *enunciador* desde a salvação até o emprego.

Os pressupostos e subentendidos presentes na linguagem também são importantes para o estudo do extralinguístico (FIORIN, 2006, p. 181). Ao passo que o pressuposto é marcado linguisticamente na frase, os subentendidos são insinuações, não marcadas linguisticamente, contidas numa frase ou num conjunto de frases.

O *enunciador* diz: “Hoje, tenho uma família, tenho o meu trabalho, ando de cabeça erguida, e por onde eu passo o nome do Senhor é glorificado” (BRASIL, 2010, p. 21). Pressupõe-se, portanto, que antes esse sujeito não tinha uma família nem trabalho, muito menos dignidade para andar de cabeça erguida. Agora, esse locutor encontra-se caminhando, com o verbo marcado no gerúndio, dando ideia de continuidade. Como resultado, ele parece se orgulhar, ao dizer “estou pagando a minha pena”, mesmo que o seu tempo tenha sido reduzido.

CONCLUSÃO

No discurso religioso, averigua-se uma dualidade entre: bom/mal, mortal/imortal, sábio/tolo, atemporal/temporal, onipotente/prepotente. Desse modo, a ilusão de reversibilidade cria nos leitores um sentimento de identidade com Deus, Senhor do poder absoluto, e maior distanciamento com o indivíduo, que é senhor apenas do poder temporal. Essa ilusão de reversibilidade toma apoio na vontade de poder, ou de ultrapassagem, que é a ilusão de passagem de um mundo para o outro (ORLANDI, 2003, p. 251). Encontra-se, nos três discursos

cristãos, a tentativa de levar os leitores/ouvintes a alcançarem a completude, por meio da identificação com o espírito, de modo que possam adquirir as qualidades espirituais: “a imortalidade, a força, a sabedoria, a onisciência, etc.” (ORLANDI, 2003, p. 251).

Além disso, encontra-se, no discurso evangélico, a promessa de vida eterna para os que se assujeitam a Deus. Entretanto, há uma ameaça discursiva dirigida aos interlocutores que não se submetem à vontade divina. Se, por um lado, existe a ideia de salvação, do céu, da vida eterna e do amor divino pelo homem, por outro lado é possível pensar também na perdição eterna, no inferno, na morte e na ira de Deus sobre aqueles que não assujeitarem a Deus. Assim, o discurso religioso passa a constituir-se em promessa aos sujeitos que se assujeitam ao Outro Sujeito, e uma ameaça aos indivíduos que não reconhecem o Sujeito (ORLANDI, 2003, p. 242).

O que se pode apreender imediatamente nos textos é o uso de antíteses, que é uma forma semântica correspondente à dissimetria (ORLANDI, 2003, p. 257). Essa antítese ocorre por meio do mecanismo gramatical da “negação”. Os planos temporal e atemporal sendo opostos e afetados de um valor hierárquico, a negação passa a ter um efeito invertido (ORLANDI, 2003, p. 257): “assujeitar para ser livre, morrer para viver, negar a si mesmo para reconhecer o Sujeito”.

Do ponto de vista pragmático, nos discursos analisados, encontra-se uma retórica “*de denegação*”, que é a negação da negação (ORLANDI, 2003, p. 257). Assim, na dissimetria, o ouvinte acumula valores negativos e, entre eles, o de que o homem nasceu de uma natureza pecaminosa e o pecado é o não ao Outro Sujeito. Essa retórica da denegação, relacionada com o problema da fé, exige dos interlocutores a disposição para mudar em direção à salvação.

As partes do discurso religioso são sempre as mesmas: “exortação, enlevo e salvação” (ORLANDI, 2003, p. 258). Desse modo, o discurso religioso conduz à salvação, partindo-se da condição humana, que é inclinada ao pecado, ou ao não assujeitamento a Deus. Portanto, os discursos produzidos pelas diferentes instituições cristãs assemelham-se no propósito de conduzir o homem ao reconhecimento do pecado, representado pela ideia da morte. Dada a situação do ouvinte, espera-se que eles submetam [assujeitem livremente] à divindade [que é o Outro Sujeito do discurso] e sejam salvos por Ele [ou reconhecidos pela divindade].

Por sua vez, o discurso religioso distingue os cristãos por meio das práticas, pois os ouvintes que estão unidos pela fé se opõem “*àqueles*” que estão dispersos pela ausência dela. O “*nós*” [eu + vocês] distancia-se “*daqueles que*” [não são como nós (eu + vocês)] não compartilham da mesma fé, pois são incapazes de se submeterem ao Outro Sujeito, a quem o discurso cristão aponta.

NOTAS

¹ Lei nº 7.210/1984, artigos 10, 11, 24 e 41.

² Como já observado anteriormente, na ausência de prestação eficaz do Estado ao preso, os agentes religiosos apropriam-se desse papel, muitas vezes deixando a assistência religiosa a um segundo plano e dedicando-se à assistência social e até mesmo jurídica do condenado (GONÇALVES; MADRID, 2010).

³ Este novo e singular Sujeito, que é Deus, será designado como Sujeito com a inicial maiúscula para distingui-lo dos demais, sem maiúscula.

⁴ A CPI do Sistema Carcerário, criada no dia 22 de agosto de 2007, presidida pelo Deputado Neucimar Fraga, defendia a padronização arquitetônica dos presídios, a uniformização de normas e procedimentos dentro dos presídios.

⁵ O interdiscurso permite que o analista de discurso remeta o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2000, p. 32).

⁶ O pastor Marcos Pereira ficou conhecido por seu trabalho de assistência religiosa no sistema carcerário, tendo atuado como mediador de conflitos e rebeliões no interior de presídios cariocas. À época da CPI do Sistema Carcerário, o pastor já não gozava do mesmo prestígio, tendo inclusive relatado à CPI que estava proibido pelos órgãos de segurança do governo estadual carioca de fazer pregações nos presídios (GONÇALVES; COIMBRA; AMORIM, 2010, p. 252). Em 07 de maio de 2013, o pastor sofreu uma reviravolta em sua biografia: foi preso por acusação de dois estupros, sendo que outros quatro supostos casos estão em investigação. Do papel de agente de ressocialização de detentos por meio da religião, o pastor tornou-se um interno do sistema carcerário. Notícias na mídia de circulação nacional dão conta, no entanto, de que o pastor continua realizando trabalho evangelístico no cárcere, havendo relato de já ter promovido “conversões” em Bangu 2, Complexo de Gericinó, onde se encontra encarcerado. (PAIXÃO, 2013, s.p.).

⁷ De acordo com Fiorin (2006, p. 181), os pressupostos são ideias não expressas de forma explícita, que decorrem logicamente do sentido de certas palavras ou expressões contidas na frase. Na frase *João tornou-se um ambientalista convicto* a informação explícita é que

João é um ambientalista convicto. Do sentido do verbo *tornar-se*, que significa “vir a ser”, decorre, no entanto, logicamente a informação implícita de que, anteriormente, João não era um ambientalista convicto.

⁸ Mateus 22.21.

⁹ Atos 16.30,31.

¹⁰ Marcos 12.31.

¹¹ Marcos 11.22, 23.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BARROS, Andréa; CAPRIGLIONE, Laura. Soldados da fé e da prosperidade. Revista *Veja*, São Paulo, n. 1502, p. 86-95, 2 jul. 1997.

BERGAMO, Mônica. Líder da igreja Sara Nossa Terra aposta que o Brasil ainda terá um presidente evangélico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jul. de 2013. Disponível em: <<http://folha.com/no1313829>>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2.^a ed. rev. Campinas: Unicamp, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. CPI do Sistema Carcerário. *Relatório Final*. Brasília, julho 2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 20 set. 2010.

CORRÊA, Rafael. *Os templos-espetáculo*. Revista *Veja*, São Paulo, n. 2037, p. 126-133, 5 dez. 2007.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1990.

EDWARD, José. A força do Senhor. Revista *Veja*, São Paulo, n. 1758, p. 88-105, 3 jul. 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. A linguagem em uso. In.: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística I: princípios de análise*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p.165-185.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2002(a).

_____. *Vigiar e Punir*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002(b).

GONÇALVES, José Artur T.; COIMBRA, Mário; AMORIM, Daniela. Assistência religiosa e suas barreiras: uma leitura à luz da LEP e do sistema prisional. *Intertemas*, Presidente Prudente, v. 15, p.244-261, 2010.

GONÇALVES, José Artur T.; MADRID, Daniela Martins. Religião e crime organizado: apropriações do privado no interior dos presídios brasileiros. *Intertemas*, Presidente Prudente, v. 19, p. 01-08, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Temas-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MASSON, Cleber. *Direito penal esquematizado: parte geral*, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Método, 2012.

MUSSALIM, Fernanda. Análise de Discurso. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística II: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 101-142.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PAIXÃO, Sara. Mesmo preso, pastor Marcos Pereira da Silva faz orações com presidiários e converteu mais um para o seu rebanho. *O Globo*. 13/05/2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/mesmo-preso-pastor-marcos-pereira-da-silva-faz-oracoes-com-presidiarios-converteu-mais-um-para-seu-rebanho-8370152.html>>. Acesso em: 20 jul.2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística III: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 353-392.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. 9 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

ROURE, Denise de. Panorama dos Processos de Reabilitação de presos. *Revista Consulex*. Ano III, n.20, ago. 1998, p. 15-17.

